

CEDAP: GUARDIÃO DA MEMÓRIA DO SERTÃO DO VALE DO PARANAPANEMA

Maria Angelica Lacerda Marin

Doutoranda Depto de História, UNESP ASSIS-SP. Professora do curso de Direito da FEMA Assis, SP
E-mail:adoromeusalunos@hotmail.com

Resumo: A proposta do artigo é discutir os escassos estímulos para a construção e manutenção de espaços adequados para a preservação da memória materializada em feitos humanos. Trata-se de estudo de caso que propõe uma reflexão sobre a importância do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP de Assis-SP, como guardião das memórias do sertão do Vale do Paranapanema. O objetivo é o de socializar contribuições para a pesquisa e estimular iniciativas voltadas à preservação das memórias de outras regiões do Brasil. A pesquisa foi desenvolvida à luz do pensamento de Burke, Nora e Hartog. Foram feitas visitas ao endereço eletrônico e à sede física do CEDAP, sendo os materiais consultados *in loco* e algumas informações também coletadas junto aos funcionários. A metodologia aplicada é baseada no procedimento analítico, método empírico e técnica de pesquisa documental. Concluiu-se que o CEDAP possui um acervo riquíssimo e que a preservação dos arquivos é indispensável para o exercício da cidadania e para a preservação das memórias e identidades.

Palavras-chave: Memórias. Identidades. Cidadania.

CEDAP: the memory guardian of the hinterland of Paranapanema valley in Brazil

Abstract: *The purpose of this article is to discuss the scarce stimuli for the construction and maintenance of adequate spaces for the preservation of memory materialized in human deeds. This is a case study that proposes a reflection on the importance of the Documentation and Research Support Center (CEDAP) of the Faculty of Sciences and Letters - UNESP of Assis-SP, as guardian of the memories of the hinterland of the Paranapanema Valley. The objective is to socialize contributions to research and stimulate initiatives aimed at preserving the memories of other regions of Brazil. The research was developed in the light of the thinking of Burke, Nora and Hartog. Visits were made to the electronic address and the physical headquarters of CEDAP, consulting the materials in loco and collecting some information from employees. The applied methodology is based on the analytical procedure, empirical method and documentary research technique. It was concluded that CEDAP has a very rich collection and that the preservation of archives is indispensable for the exercise of citizenship and for the preservation of memories and identities.*

Keywords: *Memories. Identities. Citizenship.*



1 INTRODUÇÃO

O trabalho tem, como objeto de estudo, o Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa “Professora Doutora Anna Maria Martinez Corrêa” (CEDAP), da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis. Esse Centro tem se caracterizado como suporte à preservação das memórias e ao desenvolvimento da pesquisa histórica dos sertões da Região do Médio-Paranapanema. O CEDAP abriga documentos valiosos referentes à colonização, ao surgimento de vilarejos e cidades da Região, o que demonstra a relevância da documentação ali reunida e a necessidade de trabalhos a seu respeito.

O acervo tem sido de grande importância aos estudos de Assis e Região e encontra-se disponível para pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento. Pode-se dizer que o

CEDAP constitui-se numa referência e, ao mesmo tempo, na revelação de que a construção de espaços de preservação da memória depende também de iniciativa daqueles que fazem da História seu ofício.

Assim, como problematização, trabalha-se com uma questão que merece destaque: a necessidade de incentivos e estímulos à construção de espaços adequados para preservação da memória dos feitos humanos, materializada nos documentos. A esse respeito, geralmente, alega-se falta de recursos financeiros, o que, de certa forma, procede. Porém, tal argumento não justifica a escassez de espaços dessa natureza no País. Portanto, é importante valorizar as iniciativas que promovam a preservação da memória como instrumento indispensável para a escrita da História.

Sobre esse importante Centro de Documentação, observou-se que há poucos trabalhos acadêmicos, destacando-se, dentre os encontrados, os artigos: um deles, “Os centros de documentação e memória da UNESP: O centro de documentação e memória (CEDEM)”, de Anna Maria Martínez Corrêa, que dá nome ao Centro; e o outro, “O centro de documentação e apoio à pesquisa, um centro de ‘memória’ local?”, de Zélia Lopes da Silva.

Merece também realce o projeto coordenado por José Carlos Barreiro, intitulado “O CEDAP e seu papel como centro de apoio à pesquisa do Estado de São Paulo e de guarda e preservação da memória local, regional e nacional”, que tratava da necessidade de construir um novo prédio com a finalidade de abrigar o acervo, pleiteando os recursos para atender as necessidades materiais junto à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo). O coordenador do projeto é historiador e professor do Departamento de História da UNESP de Assis.

Cumprir constar que o CEDAP, inicialmente, foi pensado para atender as necessidades do programa de Pós-Graduação em História da UNESP de Assis. Entretanto, ele atende, atualmente, pesquisadores de todo o Brasil e, inclusive, de outros países. Portanto, diante do valor do Centro e de toda a sua documentação, considera-se importante que mais trabalhos reflitam sobre seu papel e a necessidade de sua conservação, o que justifica a discussão realizada neste artigo.

Quanto à metodologia empregada, na perspectiva de Silva (2002, p. 53), ela é composta por três elementos: procedimento, método e técnica. O procedimento empregado é o analítico, com recurso ao método empírico. A técnica de pesquisa aplicada é a compulsão de acervos e documentos. Assim, foram realizadas visitas ao endereço eletrônico e à sede física do CEDAP, onde os materiais foram consultados e onde também foram coletadas informações junto aos funcionários encarregados da manutenção, conservação, promoção e divulgação do acervo.

O trabalho teve, como pano de fundo, a abordagem da Nova História, que valoriza a História Regional, ampliando e diversificando os objetos, as fontes e os problemas de pesquisa. Para isso, recorreu-se aos pensamentos de Burke, Nora e Hartog. A discussão buscou explorar a importância dos arquivos na preservação da memória na construção das identidades, como questão de cidadania. Como objeto de estudos, destaca-se o papel do CEDAP para pesquisas das memórias de Assis e Região.

2 BENS CULTURAIS, IDENTIDADES E MEMÓRIA

A preservação da memória, como fundamento para criação da identidade, é elemento essencial nesta discussão. Como exemplo, há os debates sobre os conceitos de identidade cultural e multiculturalismo e sua relação com a base documental. A primeira questão que se apresenta é, portanto, a do entendimento do que sejam “bens culturais”, nas discussões historiográficas.

Para Burke (2006, p. 13), “[...] não há concordância sobre o que constitui a história cultural, menos ainda sobre o que constitui cultura”. Essa perspectiva apresentada por Burke sugere que aquilo que se considera “História Cultural” é objeto das buscas teóricas na historiografia. Já Maria do Carmo Godoy (1985, p. 132) se arrisca a uma conceituação mais ampla, ao afirmar que “[...] são bens culturais toda produção humana, de ordem emocional, intelectual e material, independente de sua origem, [...] que propiciem o conhecimento e a consciência do homem sobre si mesmo e sobre o mundo que o rodeia”.

Independentemente de como os historiadores definem a expressão, é inegável que a preservação desses bens está intimamente relacionada à sua valorização. Nesse sentido, a construção da identidade depende da memória, na medida em que os elementos dela são indispensáveis para sua representação. Não se pode representar aquilo que, de certa forma, não esteja posto como possibilidade discursiva na articulação da linguagem. Nesse processo, a construção de identidades, no interior dos grupos sociais, está relacionada à memória, como representação de identidades culturais.

Para Hall (2006), a identidade não é estática, mas continuamente modificada e reinventada, ou seja, ela é inventada e reinventada constantemente, uma vez que a experiência individual e coletiva do viver humano é representada nos sistemas culturais, e as representações estão sujeitas às circunstâncias que cercam os observadores. Assim, na perspectiva do autor, a identidade, como representação, está em constante reconstrução.

Também, para Pollak (1992, p. 200), a memória é um processo de construção, um “[...] fenômeno socialmente construído”. Dessa forma, a preservação da memória é

importante para a representação da identidade e legitimação da ideia de pertencimento a um grupo. Conforme palavras do autor: “[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva” (p. 200).

Assim, a identidade é percebida como construção discursiva e a sua representação depende, de certo modo, da preservação da memória. Por isso, os arquivos, como espaços institucionais das memórias, são indispensáveis à tarefa de construção das identidades individuais e coletivas.

Desse modo, os arquivos são concebidos como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza dos suportes” e ainda por “[...] instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”. (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Para que sejam utilizados como fonte de pesquisas históricas, os documentos precisam estar em condições de acessibilidade. Nesse sentido, os arquivos são importantes espaços de preservação e democratização de memórias, como condição de cidadania e de exercício dos Direitos Fundamentais. Para tanto, é imprescindível a atuação do Estado na organização, conservação e preservação do acervo. Trata-se de uma previsão constitucional, como estabelece o artigo 23 da Carta Magna:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...]. (BRASIL, 1988).

O artigo 216 da Constituição Federal do Brasil também define patrimônio cultural, em cujo conceito, estão inclusos os documentos:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Regulamentando a previsão constitucional, a Lei 8.159/91 estabelece:

É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação. (BRASIL, 1991).

As disposições legais invocadas evidenciam o dever do Estado na conservação e proteção do patrimônio cultural do Brasil. Entretanto, observa-se que há um enorme distanciamento entre previsão constitucional e prática efetiva do Estado na questão posta.

A esse respeito, o recente episódio que levou a ruínas o Museu Nacional do Rio de Janeiro contribuiu para colocar, na pauta da mídia, questões relativas ao descaso do poder público na preservação do patrimônio cultural, a ponto de tal questão servir de enredo à Escola de Samba, “Imperatriz Leopoldinense”, no Carnaval de 2018.

O Museu Nacional está vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Ministério da Educação. Seu acervo histórico compreende 20 milhões de obras, com registros desde o Brasil Império, destacando-se, dentre elas, o mais antigo fóssil humano encontrado no Brasil, a coleção egípcia pertencente a Dom Pedro I, a coleção de artes da Imperatriz Tereza Cristina, as coleções de paleontologia, entre outros diamantes da memória nacional. Trata-se, portanto, de perda irreparável para as pesquisas científicas.

Segundo informações veiculadas na mídia, o Museu vinha funcionando com orçamento reduzido. Essa escassez de verbas teria levado a uma mobilização nas redes sociais, visando a arrecadar recursos junto à população para reabrir a sala de Paleontologia. Infelizmente, a iniciativa foi insuficiente para evitar a tragédia.

3 ARQUIVO E MEMÓRIA REGIONAL NA PERSPECTIVA DA NOVA HISTÓRIA

A partir da Nova História, memória e identidade passaram a ser entendidas como conceitos em construção de um tempo *continuum*. Com isso, ampliam-se os horizontes da pesquisa em História. Assim, novos objetos e novas abordagens ganham visibilidade. Desse modo, o tempo passa a ser interpretado como um objeto também em constante reconstrução teórica.

Acerca dessa questão, Pereira (2011, p. 23-24) afirma: “Visto que os documentos são uma forma de expressão da memória, então os arquivos são os detentores da memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo”, já que os documentos arquivados permitem aos cidadãos a construção da própria identidade por meio de suas memórias.

É nessa perspectiva que se pretende discutir a importância do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP) da UNESP de Assis. Até porque a sua atuação na preservação da memória do Vale do Paranapanema, com destaque ao município de Assis (SP), tem ganhado visibilidade e contribuído para o enriquecimento multidisciplinar da atividade acadêmica.

De acordo com informações de funcionários, o acervo do CEDAP é composto por 198 caixas de arquivos e 163 livros de registros da Câmara Municipal de Assis, abrangendo o período de 1920 a 1995. Da Prefeitura Municipal de Assis, procedem 74 livros de registros diversos referentes ao período de 1916 a 1963. O “Projeto Memórias do Vale do Paranapanema” reúne 10 rolos de material microfilmado relativo ao período de 1847 a 1919. Cada rolo contém 500 documentos. Do arquivo do fórum, são 1821 caixas de arquivos de processos, com documentos riquíssimos sobre a memória do Vale no período de 1875 a 1997. A hemeroteca abriga documentos de 1808 até os dias atuais, contendo 336 títulos de periódicos diversos. Além dessas fontes, há 15 pastas contendo documentos cartográficos, um projeto de História oral contendo 31 fitas K7, com aproximadamente 30 horas de gravação, além de outras fontes, projetos e coleções de memória histórica, de patrimônio cultural.

A partir da abordagem metodológica trazida pela Nova História, fontes, objetos e problemas foram ampliados e diversificados. Nesse contexto, a História Regional tem atraído a atenção de historiadores, sobretudo por investigar as memórias locais e regionais e ampliar o conhecimento histórico.

Na obra “A Escrita da História”, Burke analisa essas mudanças e informa que, a partir delas, novos temas ganharam luz, surgindo, assim, um novo modo de escrever a história, “[...] o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’ sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11).

Ainda, de acordo com o autor, toda atividade humana passou a despertar interesse do historiador pela História Regional, o que fez com que, nessa perspectiva, a historiografia passasse a se preocupar com temáticas locais. Desse modo, a Nova História permite uma visão sobre a História a partir de diferentes ângulos, considerando-se a experiência de pessoas comuns e seu papel na mudança social. Nesse sentido, estímulos e iniciativas de promoção e de preservação da memória regional têm demandado atenção e o olhar do historiador tem se voltado para estações ferroviárias, imigrantes, bairros, instituições, dentre outras representações da presença humana num dado espaço e tempo.

No texto “Entre memória e História – a problemática dos lugares”, Pierre Nora sugere que os efeitos da mundialização, midiaticização e massificação geraram uma ruptura com o passado. Com isso, evidencia-se a necessidade da preservação de feitos humanos, motivando-se a criação e expansão de arquivos.

Segundo o autor, memória e História não são expressões sinônimas e, por isso, não podem ser confundidas. Embora entrelaçadas, elas mantêm distinções. A História é uma representação do passado, numa reconstrução daquilo que não existe mais. A memória está sempre viva, “[...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. (1993, p. 16).

A memória está materializada nas bibliotecas, arquivos, museus e bancos de dados. Nessa perspectiva, convém destacar a importância dessas instituições na construção da História, sobretudo da História Regional, quando consideradas as especificidades histórico-culturais de um determinado local.

Nessa linha, Hartog (2011) lembra que os arquivos são um importante objeto de História, tanto daqueles representados por imagens como os transcritos, ou seja, qualquer que seja sua configuração, e, devido a esse valor, historiadores e arquivistas deveriam refletir em comum a esse respeito, o que representaria um grande avanço nas relações interdisciplinares.

Em síntese, memória e História são inseparáveis, constituindo-se numa relação necessária e indispensável ao desenvolvimento de trabalhos e pesquisas, sobretudo no campo historiográfico. Essa relação ajuda a compreender o modo de viver numa perspectiva local, regional e nacional, evidenciando particularidades de cada situação geopolítica, econômica, social e cultural.

Embora a teoria valorize essas práticas regionais, há poucas iniciativas nesse sentido. Por isso, é necessária uma preocupação maior com a preservação dessas memórias, já que os arquivos históricos, com estrutura adequada, limitam-se, em sua maioria, aos grandes centros, ligados a grandes instituições. É como se a História se reduzisse aos acervos desses Arquivos. Entretanto, há muitas fontes documentais produzidas nas regiões interioranas, com ricas e preciosas particularidades, que somente serão preservadas se houver estrutura apropriada.

Em geral, os arquivos históricos preservam a memória oficial. Entretanto, há pouca preocupação com a preservação dos arquivos particulares de famílias e de instituições, que são ricos de fontes documentais. Esses arquivos particulares podem até ter uma sobrevida, porém, tendem a estar fadados ao desaparecimento.

Embora os arquivos dos grandes centros possam conter acervos regionais, este não é seu forte. Não se nega a importância de preservar a História Geral do Estado ou do país, mas é importante preservar também a memória regional. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o CEDAP surge e se mantém como referência.

A documentação da memória histórica, no Brasil, não tem recebido os cuidados adequados na preservação de sua integridade física. Verifica-se carência de iniciativas eficazes na preservação documental. Com raras exceções, os arquivos públicos, nas regiões interioranas, acabam se transformando em depósitos de documentos sujeitos a todo tipo de deterioração.

Com exceção de poucas ações como as do CEDAP, os espaços de preservação são, de modo geral, precários. Há documentos riquíssimos aos estudos da História que estão

guardados em arquivos particulares e, certamente, se não houver destinação adequada, essa documentação poderá ser descartada como lixo.

4 CEDAP: O GUARDIÃO DE MEMÓRIAS

Assis é uma cidade localizada na bacia hidrográfica do Médio-Paranapanema no interior do Estado de São Paulo. Seu território também é classificado como pertencente à Região da Média Sorocabana, em referência à Estrada de Ferro Sorocabana.

A cidade conta, desde 1958, com importantes instituições de ensino superior. Dentre elas, a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (UNESP, campus de Assis, 1958) – sucessora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na época, instituto isolado de Ensino Superior do Estado de São Paulo –, no âmbito da qual se insere o CEDAP, objeto desta pesquisa.

O CEDAP foi criado, de fato, no ano de 1973 e regulamentado pela Resolução UNESP nº 59/96 como Unidade Auxiliar. Sua administração fica a cargo de um supervisor e seu vice, bem como de um Conselho Diretor. O referido Conselho compõe-se por dois representantes dos Departamentos de História e de Literatura, sendo um da graduação e outro, da pós-graduação, pelo próprio supervisor, o vice-supervisor, um representante técnico administrativo e um discente.

Anna Maria Martinez Corrêa, em seu artigo “Os centros de documentação e memória da UNESP, o Centro de Documentação e Memória (CEDEM)” (1999), relata o contexto em que o projeto foi idealizado. Segundo a pesquisadora, o centro foi pensado quando os cursos de pós-graduação em História da UNESP de Assis, criados na década de 80, começavam a solidificar-se. Assim, surgiu a necessidade de um arquivo de documentação que incentivasse a pesquisa. Foi, com esse espírito, que um grupo de historiadores sugeriu à administração superior da Universidade a formação de um grupo de trabalho com finalidade de elaborar projeto para preservação de documentos e efetuar o levantamento da memória histórica da UNESP.

Em relatório elaborado ao final da gestão iniciada em 2007, Ana Maria Domingues Carvalho (supervisora) e José Carlos Barreiro (vice-supervisor) informam que o acervo do CEDAP ficava em uma pequena casa no interior do *campus* da UNESP de Assis, onde funcionava desde sua criação. As instalações ficavam em meio ao bosque, em condições muito precárias. Em decorrência disso, o prédio tinha sérios problemas de umidade, que colocavam em risco a documentação arquivada.

Imagem 1- antigas instalações no bosque



Fonte: Imagens obtidas no relatório final de gestão 2007-2011.

Imagem 2 - vista externa do antigo prédio



Fonte: Imagens obtidas no relatório final de gestão 2007-2011.

Imagem 3- vestígios do incêndio



Fonte: Imagens obtidas no relatório final de gestão 2007-2011.

Ainda de acordo com essa fonte, em agosto de 2007, houve um incêndio em uma das salas, que ocasionou a perda de muitos documentos (ver imagem 3). Para evitar a deterioração de outros, de valor histórico inestimável, foi construído um *deck* e instalado um aparelho de ar condicionado. Na época, o CEDAP contava com poucos funcionários, o que agravava a situação. O departamento técnico e administrativo, após o sinistro, passou a funcionar na Biblioteca. Esses acontecimentos acarretaram grandes prejuízos para a pesquisa.

A supervisão do Centro passou a reivindicar junto à Direção e às instâncias superiores da Universidade a contratação de mais funcionários, a recuperação do prédio para assegurar a preservação do acervo e a construção de novas instalações, que permitissem o acondicionamento adequado e melhor atendimento às necessidades da pesquisa. Segundo o relatório, em 2008, a Reitoria liberou a verba para o mobiliamento do prédio e sua construção, esta iniciada em 2009 e entregue pela empreiteira em março de 2010, com 1.786 m² de construção.

Imagem 4- novo prédio



Fonte: Imagens obtidas no relatório final de gestão 2007-2011.

Depois, surgiu, então, a necessidade de adquirir equipamentos de informática para atender melhor às demandas de pesquisa de professores e de alunos credenciados. Assim, foram feitas reivindicações à Reitoria, tais como, digitalizadora de microfilme, capelas de higienização, lupas para restauração, entre outros. Segundo o relato, no início de 2011, o banco *Santander* fez doação de 16 computadores e uma impressora.

Em decorrência do crescimento do acervo e de suas demandas, no mesmo ano, o vice-supervisor, Barreiro, apresentou uma solicitação à FAPESP com o objetivo de buscar atendimento às necessidades referentes a materiais permanentes. Na ocasião, obteve um milhão e quinhentos mil reais para a compra de equipamentos para a preservação dos documentos. Com as novas instalações e equipamentos, o Centro passou a contar com salas destinadas a arquivos pessoais, hemeroteca, acervos de microfilmes e fotografias, dentre outros.

4.1 ACERVO

É indescritível a riqueza da documentação, que compõe o acervo do CEDAP. São diversos documentos relacionados à memória regional, nacional e internacional: periódicos, documentos oficiais, iconográficos, visuais, sonoros, bens culturais de grande valor histórico

e cultural. Parte do acervo foi adquirida junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, Câmara e Prefeitura Municipal de Assis, jornais e revistas locais e regionais, dentre outros entes públicos e privados. Merecem destaque:

4.1.1 Arquivo do Fórum da Comarca de Assis

Zélia Lopes da Silva (1999) informa que o CEDAP foi resultado de amplo debate no Departamento de Pós-Graduação em História e que se tornou viável com o convênio firmado entre UNESP e Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para guarda do arquivo do Fórum da Comarca de Assis.

Ao se analisar o documento que formalizou o referido convênio, fornecido pelos funcionários do CEDAP, observou-se que foi assinado pelo então Reitor Antonio Manoel dos Santos Silva e pelo Desembargador Dirceu de Mello, em 03 de julho de 1998. Assim, a UNESP ficou responsável pela guarda e conservação dos autos findos da Comarca. Trata-se de processos com sentenças irrecorríveis, transitadas em julgado. Esses autos findos são encaminhados para o acervo de forma contínua. O acordo prevê a consulta por parte de pesquisadores.

Conforme comentários registrados durante esta pesquisa, observou-se que o acesso ao sistema é simples e permite ao pesquisador amplas possibilidades de busca por índices, palavras, combinação de até três termos e data/período. Ao acessar o portal do CEDAP, observa-se que há 1821 caixas de processos cíveis, criminais e trabalhistas do Fórum da Comarca de Assis.

Segundo funcionários do Centro, a primeira remessa foi de processos do período de 1875 a 1997, os quais se constituem numa valiosíssima fonte de pesquisa para a História e outras áreas do conhecimento humano. Nesses processos, é possível explorar temas como costumes, códigos de valores sociais, violência, criminalidade, conflitos sociais e familiares, demarcação de terras, relações trabalhistas, práticas religiosas e populares, herança, patrimônio, análise do discurso jurídico, além de outros estudos interdisciplinares.

Numa breve consulta ao acervo do CEDAP, foi possível localizar documentos importantes relacionados às memórias do desbravamento do sertão do Vale do Paranapanema. Neles, pode-se notar que Assis nasceu da iniciativa de José Teodoro de Souza, que, segundo Siloto Silva (1996, p. 124), teria vendido as terras da “Fazenda Taquaral” ao Capitão Francisco de Assis Nogueira.

A título exemplificativo, foi localizado o Processo 03/1898, no qual o Capitão Francisco de Assis Nogueira, fundador de Assis, requeria a certificação e extensão superficial da Fazenda Pary e Taquaral.

A Fazenda do Pary e Taquaral limita-se ao sul com o Rio Paranapanema e a oeste pelo espigão mestre com a Fazenda das Queixadas e a da Fortuna, ao norte pelo espigão mestre com a fazenda do Cervo, pelo Ribeirão do Pirapetinga e o Corrego do Café com a fazenda de João Flausino da Costa, digo, fazenda do Pirapetinga; pelo córrego da M... (ilegível) com a fazenda de João Flausino e pelo córrego do Palmital com a fazenda da Pontinha; [...]. (CEDAP, Processo 03, 1898).

Há ainda diversos documentos arquivados referentes ao “primitivo possuidor de terras José Theodoro de Souza”. Dentre eles, a declaração constante do processo 02/1898, versando sobre Divisão de Terras. Nesse processo, as partes eram Marciano José Ferreira e João Guilherme de Moraes. Na petição inicial de referido procedimento judicial, Marciano afirmou que as terras pertenciam ao primitivo possuidor José Theodoro de Souza:

Diz Marciano José Ferreira, fazendeiro, morador no município de São Pedro do Turvo, por seu procurador e advogado, abaixo assinado, que é senhor e possuidor de umas partes de terras na Fazenda “Sapé” nas vertentes do Rio Capivara e vertentes do Ribeirão “Sapé”, [...] A atual comunhão da fazenda dividenda originou-se das vendas de partes de terra da mesma fazenda feitas pelos primitivos senhores **José Theodoro de Souza e sua mulher** a Domingos Alves de Moraes e João Guilherme de Moraes [...]. (CEDAP, Processo 02, 1898).

O processo de ocupação e divisão de terras do Vale do Paranapanema foi objeto de muitos conflitos. No que diz respeito à Fazenda Taquaral, sua divisão foi requerida judicialmente em 1986 e não ocorreu de maneira pacífica. (SILVA, 1996, p. 126), Em outro processo arquivado no CEDAP, n. 03/98, encontramos referências a tais conflitos:

Diz o Capitão Francisco de Assis Nogueira, promovente da medição e divisão desta Fazenda do Taquaral que tendo sido incluídas na área da mesma fazenda terras vertentes da margem direita no Rio Pary, compreendidas entre a barra do Pirapetinga no Rio Pary e a barra desse rio no Rio Paranapanema, vem contra isso reclamar pelos motivos que passa a expor: [...]. Ve-se bem da escriptura que a comunhão com José Machado de Lima era somente nas terras da fazenda do Taquaral e, pois na área dessa fazenda não podendo estar incluídas terras de uma outra fazenda destinada. Para evitar pleitos futuros vem o suplicante requerer que da área da fazenda do Taquaral e do calculo da divisa sejam excluídas as terras vertentes da água do Lage, Lagoa e Jacotinga e de alguma outra que por ventura existe fluentes da margem direita do rio Pary no ponto entre a barra do ribeirão Pirapetinga e a barra do rio Pary no Paranapanema [...]. (CEDAP, Processo 03, 1898).

Além desses, o CEDAP tem arquivados diversos outros processos de divisão de terras. Neles, é possível se verificar como se dava a transmissão da posse, as medições feitas por engenheiros, a homologação judicial da posse e propriedade. Como exemplo, a escritura de venda da Fazenda Taquaral no processo 02/04:

O Capitão Francisco de Assis Nogueira, lavrador, residente no Distrito de Platina, Município e Comarca de Campos Novos do Paranapanema, sendo senhor e possuidor de uma sorte de terras na Fazenda do Taquaral, vertentes do Rio Pary, situada no mesmo Distrito, sorte esta de terras que coube-lhe em sua meação as partilhas do inventário dos bens do casal existente com o falecimento de sua mulher Delfina Candida Ribeiro, vende, como de fato vendido tem, ao outorgado comprador José Paulino dos Santos, lavrador, residente no mesmo distrito, quinze alqueires de terras em dita sorte pelo preço e quantia de duzentos mil reais que o outorgante vendedor já recebeu em moeda corrente do país do outorgado comprador ao qual da desde já geral quitação. (CEDAP, Processo 02, 1904).

Também como ilustração, é possível observar, no Processo 05/1908 do 1º Ofício de Campos Novos do Paranapanema, a transferência de títulos da Fazenda Fortuna, de José Theodoro de Souza a Antonio Joaquim Melchior de Camargo:

A fazenda dividenda FORTUNA ou CERVINHO pertenceu a José Theodoro de Souza, que por escriptura de 10 de abril de 1871, transferiu-a com outros bens, a ANTONIO JOAQUIM MELCHIOR DE CAMARGO. Por falecimento deste, estabeleceu-se a comunhão, sendo o imóvel inventariado avaliado por R\$17:000\$000, correspondente ao valor actual de Rs 123:587\$200. [...]. (CEDAP, Processo 05, 1908).

Leoni Ferreira da Silva (1979) relata que um dos maiores escravistas no Vale do Paranapanema foi Antonio Joaquim Melchior de Camargo, que era um negro alforriado. Tratava-se de um homem muito rico e possuidor de muitos escravos. Foi doador de terras para o patrimônio de Nossa Senhora do Patrocínio, atual município de Maracaí, Estado de São Paulo.

O arquivo possui também inventários do final do século XIX, início do século XX, como o de número 30/1913, que contém escrituras públicas de concessão de liberdade a escravos, como o processo em que João Marques da Silva concedeu liberdade à escrava Victoria no ano de 1888. (CEDAP, Processo 30, 1913).

A documentação acima arrolada teve a finalidade de tão somente ilustrar a riqueza do acervo disponível no CEDAP para as mais variadas áreas do conhecimento, sobretudo àquelas ligadas ao Direito e à História.

4.1.2 Acervo da Câmara Municipal de Assis

Foi por meio do Convênio nº 41 de 1996, celebrado entre a UNESP, *campus* de Assis, e a Câmara Municipal de Assis, que o CEDAP recebeu a custódia dos documentos relativos às atividades legislativas. O acervo compreende documentos produzidos pela Câmara Municipal no período de 1920 a 1995.

Nos termos do relatório do convênio, a documentação compreende 77 caixas de processos, 6 caixas de moções, 14 caixas de indicações, 2 caixas de editais, 12 caixas de

decretos, 5 caixas de resoluções, 11 caixas de requerimentos, 4 caixas de documentos e 3 caixas de jornais. Dentre os documentos diversos, há mapas, plantas e dossiês de assuntos específicos, como uma rica cartografia referente à divisão de terras do Vale do Paranapanema. (CEDAP, Convênio 41, 1996).

4.1.3 Prefeitura Municipal de Assis

Segundo informam funcionários do CEDAP, além dos documentos da Câmara, há também outra documentação pública sob custódia do CEDAP desde 1981. Trata-se de um acervo composto por documentos impressos e livros de registro, que abrange o período de 1916 a 1963. São 13 livros brochuras e 61 livros de registros diversos, tais como registros de Decretos-lei e orçamentos do município, registros de impostos e taxas, entre outros documentos impressos. Alguns se encontram bastante fragilizados, tendo sido encaminhados ao Centro em condições precárias.

4.1.4 Coleção cartográfica

Outra coleção importantíssima para ampliação da historiografia do Vale do Paranapanema é a coleção cartográfica, que abrange o período de 1913 a 1990, composta por 24 itens. A coleção, nos termos descritos no Portal Eletrônico do CEDAP, reúne documentos relacionados à ocupação do interior paulista, como Atlas do Estado de São Paulo (1971), Atlas Regional do Estado de São Paulo, compreendendo a Região de Bauru, Vale do Ribeira, Campinas, Grande São Paulo, Araçatuba, Ribeirão Preto, Litoral e São José do Rio Preto (1978); divisão territorial e administrativa do Estado de São Paulo (1971); Região do Vale do Paranapanema (1973 a 1975); exploração do Rio do Peixe (1913), entre outros documentos cartográficos importantes. (CEDAP, Portal Eletrônico).

4.1.5 Hemeroteca

De acordo com informações contidas no catálogo da Hemeroteca (LUCA, 2011), esse acervo é composto por periódicos, que abrangem o período de 1808 até os dias atuais, adquiridos por doação de docentes, alunos, moradores de Assis e Região e de entidades diversas. A finalidade é atender as necessidades de pesquisa, sobretudo de estudantes de pós-graduação.

O referido acervo formou-se por doação e compra de diversos títulos de periódicos, assim divididos por linha de pesquisa:

- Memória Local e Regional: “Voz da Terra”, “A Notícia”, “Jornal de Assis”, “Jornal de Palmital”, “Gazeta de Assis”, “Gazeta do Vale”, entre outros.

- Cultura e Literatura: “A cigarra”, “Cultura”, “Folhetim”, “Letras & Artes”, “Suplemento Cultural de Minas Gerais”, entre outros.

- Memória Nacional – periódicos de grande circulação: “O Estado de São Paulo”, “Correio da Manhã”, “Correio Paulistano”, “Gazeta de Notícias”, “Manchete”, “Veja” e alguns periódicos alternativos, tais como: “Pasquim”, “Movimento”, “Politika”, “Opinião”.

Em consulta aos processos do fórum, foi localizado, num processo de busca e apreensão (Souza X Galhardi), um recorte do jornal “Correio de Assis” contendo um artigo, datado de 01 de agosto de 1926, em que o autor narra sua trajetória até o Vilarejo de Liberdade (hoje Iepê), apresentando os aspectos positivos da Região após a instalação da linha férrea:

[...] ao deixarmos a pequena Paraguassú, rolamos em magnífica estrada de automóveis, quasi em linha recta, cortando corregos e riachos, estendendo a enorme cauda na azulada floresta. Percorridos 18 kilometros de terreno árido, entrámos em mattas de optima qualidade, [...] O patrimonio [...] foi fundado no anno de 1924 e conta actualmente 54 casas; estão em construção muitos prédios; existem na povoação 2 lojas de fazenda, armazens, padaria, pharmacia, barbearia, uma olaria, etc. [...] (CEDAP, Processo Souza X Galhardi, 1926).

O texto encontra-se disponível, também, na hemeroteca, cujo acervo é constituído por inúmeros relatos sobre ferrovia, costumes, vida em sociedade, criminalidade, dentre outros assuntos de grande interesse historiográfico e de outras áreas do conhecimento humano.

4.1.6 Documentos microfilmados sobre o Vale do Paranapanema

Segundo os historiógrafos, Rodrigo Fukuhara e Carolina Domingos Barbosa Monteiro, e o Arquivista Renato Crivelli Duarte, funcionários do CEDAP, os documentos microfilmados sobre o Vale do Paranapanema constituem uma coleção organizada por Anna Maria Martinez Corrêa. Referida coleção contém material precioso da memória regional. São 10 rolos de material microfilmado, em sua maioria, procedentes do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

De acordo com os funcionários mencionados, a coleção nasceu de iniciativa de professores do Departamento de História da UNESP, interessados na pesquisa de História Regional. Assim, Anna Maria Martinez Corrêa organizou um levantamento de documentação junto ao Arquivo Público estadual. Os documentos oriundos do Arquivo Público do Estado de São Paulo representam fontes riquíssimas referentes ao período compreendido entre 1847 e 1919. O material foi microfilmado pelo Setor de Documentação do Departamento de História da USP e encontra-se disponível para consulta.

A título de exemplo, tem-se o relatório da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, criada em 1886, que tinha o objetivo de estudar a geografia e topografia da Província de São Paulo. Nesse documento, Teodoro Sampaio fez um relato da resistência indígena contra os colonizadores brancos:

O índio é de fato a maior dificuldade que encontra o povoamento do Vale do Paranapanema. (...) É já bem longa a lista dos que pereceram vítimas da ferocidade do índio naqueles últimos quinze anos: famílias inteiras trucidadas, mulheres, meninos, animais domésticos, tudo perece da maneira mais cruel. O índio é um inimigo quase inatingível. Uma vez recolhido aos seus esconderijos, raro pode ser surpreendido. (SAMPAIO, 1890, p. 21).

Também para destacar a importância da documentação arquivada no CEDAP, ressalta-se o relatório enviado pela Repartição de Terras Públicas e Colonização da Província de São Paulo, em 5 de dezembro de 1884, ao Conselheiro Doutor João Crispiniano Soares, Presidente da Província. O documento informa a violência do enfrentamento entre desbravadores do sertão e índios:

O bárbaro atentado cometido em 13 de outubro pelos índios do Salto Grande de Paranapanema (...). A perpetração dessa deplorável catástrofe havida no bairro de Alambary da Freguesia de São Domingos foi atribuída a índios selvagens do sertão de Botucatu (...)pedi urgência a providenciar um grupo de homens sertanistas preparados para as entradas no sertão logo que houvesse a necessidade de repelir os índios (...). (CEDAP, rolo nº 7, 1884).

Portanto, se trata de preciosa documentação referente a negócios eleitorais, indígenas, estrada de ferro, colonização, dentre outros. Sobre a população indígena que habitava a Região, há diversos documentos, que indicam a presença de índios no Vale do Paranapanema.

4.1.7 Projeto História e Memória do Vale do Paranapanema

Segundo o arquivista Renato, já mencionado, esse projeto consiste num valioso acervo de História Oral, coordenado por Anna Maria Martinez Corrêa. Para ela, a Região tinha pouca fonte de documentação. Assim, foram coletadas informações sobre a memória da Região e formas de ocupação do Vale do Paranapanema, por meio de depoimentos orais de antigos moradores. As entrevistas foram gravadas em fitas K7, contendo aproximadamente 30 horas de gravação. As fitas encontram-se arquivadas em câmara fria, equipada com desumidificador, a fim de melhor preservar o material que, por ação do calor e umidade, poderia se perder com o tempo.

4.1.8 Outras coleções e fundos

A partir de informações de funcionários e registradas no Portal Eletrônico do CEDAP, observa-se que o Centro possui também uma ampla documentação, constituída por fundos e coleções, que interessam a pesquisas das mais variadas áreas do conhecimento, destacando-se:

- Arquivo sobre arte primitiva “José Nazareno Mimessi”: de acordo com informações dos funcionários, a personalidade que dá nome ao acervo foi diretor do Museu de Arte Primitiva de Assis (MAPA) e um estudioso incentivador dessa arte. Foi ele quem descobriu e incentivou o pintor assisense conhecido por “Ranchinho”. O acervo é um dos mais importantes sobre arte primitiva brasileira. Constitui-se de cartas e correspondências trocadas com pessoas ligadas ao meio artístico, catálogos de museus, fotografias, recortes de revistas e jornais, dentre outros documentos que foram, a maioria, reunidos pelo próprio titular em forma de dossiês.

- Coleção “Canto Libertário”: o Portal Eletrônico do CEDAP informa que essa coleção é composta por documentos relativos ao pensamento libertário ligado ao “Círculo Alfa de Estudos Históricos”, entidade jurídica conhecida como “Grupo Projeção”, criada em São Paulo, na década de 1970, por um grupo de anarquistas, entre eles, Jaime Cubero e Antonio Martinez, os quais, na década de 1990, fizeram a doação do primeiro lote de documentos, incluindo livros, jornais, revistas, boletins e outros periódicos anarquistas nacionais e internacionais.

- Acervo pessoal do escritor João Antonio: segundo o arquivista Renato, o arquivo é formado por documentos do jornalista e escritor João Antonio Ferreira Filho, relativos ao período de 1937 a 1996, quando foi encontrado morto e sozinho em seu apartamento em Copacabana. O acervo foi doado pela primeira esposa do escritor e por seu filho e depositado na UNESP de Assis em 1998, contendo correspondências pessoais, fotos, documentos de editoras, recortes de periódicos, discos, originais de sua obra e 4.900 títulos de sua biblioteca particular.

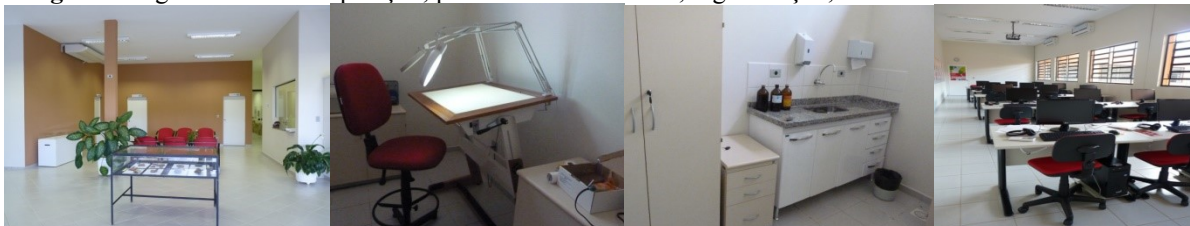
Além desses arquivos, há outros documentos do Clube de Cinema e Centro de Artes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, bem como acervos pessoais de outros artistas e personalidades expressivas de projeção nacional e internacional.

5 DISPOSIÇÃO FÍSICA DO ARQUIVO

Esta pesquisa teve acesso ao relatório elaborado ao final da gestão do período de 2007 a 2011 arquivado na Instituição. O referido relatório informa que o novo prédio foi construído durante esse período e passou a ter condições de abrigar adequadamente o acervo. Em visita à

unidade, é possível constatar que a construção possui estrutura externa e interna com dimensões adequadas para as necessidades do Centro.

Imagem 5- saguão e área de exposição; processamento técnico; higienização; sala de consultas



Fonte: Imagens obtidas no relatório final de gestão 2007-2011.

Observou-se, enquanto pesquisadora e usuária dos serviços, que a sala de consulta de microfilme tem uma estrutura muito superior à das antigas dependências. A sala de consulta a documentos impressos tem capacidade para atender 21 pesquisadores. Além disso, o prédio conta ainda com uma biblioteca de referência com computadores para pesquisa.

O arquivo está dividido em três salas: duas para material impresso e uma para a referida câmara fria, com materiais audiovisuais. Todas as salas são climatizadas e equipadas com desumidificador para preservação e conservação do acervo. São áreas de acesso restrito a funcionários e estagiários do Centro.

De acordo com informação de funcionários, para ter acesso ao arquivo, o pesquisador deve agendar a pesquisa no site do Centro. No caso do material microfilmado e audiovisuais, o agendamento deve ocorrer com 24 horas de antecedência por algumas razões de ordem técnica: os rolos de microfímes, assim como as fitas K7 de História oral, VHSs e DVDs ficam acondicionados em uma câmara fria a uma temperatura entre 10 e 12 graus.

Durante a pesquisa, funcionários explicaram ser necessário realizar uma transição do material para uma câmara intermediária a uma temperatura entre 15 e 17°C. Somente depois desse processo, o material é encaminhado para a sala de consulta climatizada a 17 graus. O procedimento visa à conservação do acervo.

A referida sala encontra-se equipada com digitalizadoras, leitoras e computadores que servem tanto para a consulta do material audiovisual, quanto para a digitalização. Nas palavras de Renato, “é o moderno encontrando-se com o antigo”.

Ainda segundo o arquivista Renato Crivelli Duarte, o material impresso também fica em sala climatizada, mas não exige temperaturas tão baixas. É necessária apenas a utilização de luvas e máscaras pelo pesquisador, tendo em vista ser um material bastante delicado e que, com o passar do tempo, se encontra mais suscetível a danos.

Durante as visitas ao CEDAP, a pesquisa identificou inúmeros processos e diversos manuscritos em páginas amareladas, revelando o tempo que passou. O uso de canetas do tipo “tinteiro” e os “borrões”, decorrentes do tipo de tinta utilizado, dificultam a leitura.

Nos documentos, encontram-se alguns nomes conhecidos da História da Região. Tais nomes figuravam como partes em processos ou em negócios: José Theodoro de Souza, Capitão Francisco de Assis Nogueira, Dr. Smith de Vasconcelos, Juiz de Direito, Coronel Azarias Ribeiro, Escrivão Onofre Meira Lima, entre outros que hoje dão nomes a ruas, praças, avenidas, salas e prédios públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi articulado no cenário da Região do Vale do Paranapanema, com ênfase ao Município de Assis, interior do Estado de São Paulo. A finalidade foi a de evidenciar a importância do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa na preservação da memória local e regional.

Após a investigação realizada, foi possível concluir que o referido arquivo possui um acervo riquíssimo, composto por documentos preciosos disponíveis para os interessados pela pesquisa em História e em áreas afins. Assim, centros como o CEDAP merecem visibilidade nas pesquisas sobre História, memória e identidade e espera-se que este artigo tenha contribuído para, ao menos, socializar informações no campo da História Regional.

Ao longo da pesquisa, procurou-se evidenciar a importância da iniciativa do Departamento de História da UNESP de Assis. Desse modo, não se pretendeu apenas dar evidência àquilo que, de certa forma, tem merecido reconhecimento da comunidade acadêmica. Tencionou-se sinalizar a importância de ações voltadas à criação de Arquivos num País carente de espaços adequados à preservação da memória, uma vez que, ao se olhar para o passado, percebe-se o quanto já se perdeu por falta de iniciativas como a do CEDAP.

O incêndio ocorrido recentemente no Museu Nacional no Rio de Janeiro reacendeu essa discussão. A falta de apoio e incentivo do poder público tem como consequência a perda das nossas memórias históricas, com significativo reflexo nos estudos das identidades coletivas.

Conservar os acervos é uma questão de Direitos Fundamentais. O resguardo das memórias é, assim, um direito do cidadão, instrumento de preservação de saberes e de experiências de vida. Ademais, os arquivos são reconhecidamente importantes para pesquisas, elementos indispensáveis para o desenvolvimento da cultura e identidade de um povo.

São espaços interdisciplinares de reconhecida relevância, principalmente ao ofício de historiadores e de arquivistas. Sem o apoio do poder público, pouco se pode articular, quando o assunto é a defesa e proteção desse universo, que recebe garantias constitucionais.

Espera-se que este artigo venha despertar interesse, principalmente entre aqueles que têm a responsabilidade constitucional de preservar o patrimônio cultural. Dar visibilidade à problemática é também uma forma de estimular e contribuir para construção de espaços de preservação de memórias. É necessário estimular, principalmente órgãos municipais, instituições universitárias (públicas e privadas) e entidades afins, a investirem nas iniciativas de preservação adequada dos bens culturais produzidos pela coletividade.

Enfim, é preciso que se desenvolvam estímulos de valorização à preservação da memória num país carente dessas práticas.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <http://conarq.arquivonacional.gov.br/publicacoes-tecnicas/37-publicacoes/26-dicionario-brasileiro-de-terminologia-arquivistica-dibrate.html>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06 jun. 2017.

BRASIL. Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm. Acesso em: 30 mai. 2017.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. 7. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Arquivo do Fórum**. Cartório do 1º ofício. Processo 03/1898. Divisão de terras. Capitão Francisco de Assis Nogueira.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Arquivo do Fórum**. Cartório do 1º ofício. Processo 02/1904. Divisão de terras. Capitão Francisco de Assis Nogueira.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Arquivo do Fórum**. Cartório do 1º ofício. Processo 05/1908. Divisão de terras. Antonio Lázaro Melchior.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Arquivo do Fórum**. Cartório do 1º ofício. Processo 30/1913. Inventário. José Marques da Silva.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Arquivo do Fórum**. Cartório do Primeiro Ofício. Autos de Busca e Apreensão. Souza x Galhardi.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Coleção Vale do Paranapanema**. Material microfilmado. Rolo nº 7, 1890.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Convênio n. 41, de 10 de setembro de 1996**. Estabelece custódia pelo CEDAP sobre o acervo da Câmara Municipal de Assis. Assis, 1996.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Portal eletrônico**. Disponível em: <https://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/cedap/acervo/fundos/>. Acesso em: 24 mar.2018.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E APOIO À PESQUISA (Assis-SP). **Arquivo do Fórum**. Relatório final de gestão. 2011.

CORRÊA, Anna Maria Martinez. Os centros de documentação e memória da UNESP. O centro de documentação e memória (CEDEM). *In*: Silva, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**, São Paulo: Editora UNESP, 1999.

GODOY, Maria do Carmo. Patrimônio Cultural: conceituação e subsídios para uma política. *In*: Encontro Estadual de História. História e Historiografia em Minas Gerais. 4., 1985. **Anais do Encontro Estadual de História**, Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985, p.72-75.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCA, Tania Regina de (org). **Catálogo da Hemeroteca do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa**. Assis: FCL-UNESP - Assis- Publicações, 2011. Disponível em: http://www2.assis.unesp.br/cedap/catalogo_da_hemeroteca/files/assets/basic-html/page7.html. Acesso em: 19 out. 2018.

MARINS Francisco. **Clarão na Serra**. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 1985.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000209&pid=S0101-4714200700020001500169&lng=pt. Acesso em: 28 mar.2018.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivos, memória e justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais no Rio Grande do Sul**. 2011. Trabalho de conclusão de curso (Biblioteconomia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Maria, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/31152>. Acesso em: 12 mai. 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>. Acesso em: 28 mar. 2018.

SAMPAIO, Teodoro. Considerações geográficas e econômicas sobre o Valle do rio Paranapanema. **Relatório da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo**, São Paulo, boletim 4, p.21-30, 1890.

SILVA, Leoni Ferreira da. **Minha Terra**: Assis. Assis: Tipografia Nigro, 1979.

SILVA, Ricardo Siloto da. **Urdiduras e tessituras urbanas**: na História das cidades, a estruturação territorial de Assis. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP. Assis.

SILVA, Rubens Galdino da. **Navegando nas águas do Direito**: teoria e prática de pesquisa. 1. ed. Adamantina: Omnia, 2002.

SILVA, Zélia Lopes da. O Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, um centro de “memória” local? In: SILVA, Zélia Lopes da (org). **Arquivos, patrimônio e memória**: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

Originais recebidos em: 02/02/2019

Aceito para publicação em: 04/06/2019

Publicado em: 01/07/2019